

Governo federal retoma concursos públicos e pretende abrir 50 mil vagas em 2023

O Brasil pretende retomar a contratação de funcionários públicos em 2023, após um período de menos vagas abertas no país. A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê a abertura de 58 mil postos de trabalho em âmbito federal.

São 50.175 vagas para o poder executivo, 7.844 para o poder judiciário, 520 para o poder legislativo, 88 para a Defensoria Pública da União e 240 para o Ministério Público da União.

Além dos concursos que podem ser abertos, outra boa notícia para os concurreiros foi a Medida Provisória que determinou o reajuste de 9% nos salários de todos os servidores federais, a partir de junho, e o aumento do vale-alimentação de R\$ 458 para R\$ 658 por mês.

Durante o período de pandemia de Covid-19, poucos concursos foram abertos pelos órgãos federais: um em 2020 (Polícia Rodoviária Federal), quatro em 2021 (Agência Nacional de Mineração, Controladoria-Geral da União, Ibama e ICM-Bio) e dois em 2022 (INSS e Receita Federal).

Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, órgão responsável por autorizar a realização de concursos públicos, o governo federal já liberou a abertura de quatro novos editais nestes primeiros meses de 2023.

As vagas são para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (814), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (502), Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas (98) e Ministério das Relações Exteriores (30). Confira todos os detalhes no fim deste texto.

Outros concursos para órgãos federais também já foram retomados neste ano e estão com inscrições abertas. As vagas são para o Banco do Brasil, para o Exército Brasileiro, para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e para o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo).

Durante uma aula magna no campus de Araraquara da Unifesp, no mês passado, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, confirmou que o

governo decidiu retomar neste ano os concursos públicos. “Vai ter concurso para o IBGE, concurso para o Ipea, concurso para auditores, concurso para a Receita”, confirmou.

Professor de Mestrado da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Joaquim Rubens Fontes Filho afirma que não foi só a pandemia que provocou o congelamento dos concursos públicos no país. Segundo ele, outra variável foi a natureza ideológica do governo do presidente Jair Bolsonaro, mais preocupado em enxugar os gastos públicos do que em contratar mais servidores.

“Durante 16 anos de PT, cresceu muito a máquina pública. Normalmente é assim: governo de esquerda aumenta o tamanho do Estado. Aí vem o governo de direita e reduz. Aí soma com Covid, com crise fiscal e não tinha concurso. Estava tudo represado”, avalia.

[Veja matéria completa e lista de certames públicos que devem ser abertos até o fim de 2023](#)



Governo estuda devolver dinheiro de imposto nas compras feitas por consumidores

Ministério da Fazenda estuda incluir na reforma tributária formas de devolver a pessoas de baixa renda parte do dinheiro do imposto cobrado sobre produtos. Economista diz que medida é positiva para a economia.

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](http://cut.org.br/noticias)

INFORME JURÍDICO**ATENÇÃO!!****NÃO CAIAM EM NOVO GOLPE!****OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO
NÃO TEM DIREITO AO PERCENTUAL DE 11,98% (URV)**

A Assessoria Jurídica do SINDSEP/MA esclarece que a ação de 11,98% (URV) não se estende aos servidores de sua categoria profissional, haja vista que o índice da URV para os servidores do Poder Executivo é o de 3,17% - direito que há muito tempo vem sendo cobrado pelo SINDSEP/MA em diversas ações judiciais.

Deste modo, os assédios praticados por escritórios de advocacia externos sobre os servidores nada mais são do que irregulares tentativas de captação de clientela sem compromisso com a real defesa dos direitos da categoria profissional.

A Assessoria Jurídica alerta, ainda, que além dos prejuízos com os honorários que estão sendo cobrados pelos escritórios que ajuízam tal demanda, em face dos altos valores que estão sendo apresentados na justiça, há fundados riscos de prejuízos com a condenação dos servidores ao pagamento de custas judiciais e, principalmente, de honorários advocatícios sucumbenciais em favor dos advogados da Fazenda Pública no percentual de 10% a 20% do valor cobrado (art. 85 do CPC).

O entendimento sobre a inaplicabilidade do índice de 11,98% para os servidores do Poder executivo trata-se de matéria há muito pacificada na ju-

risprudência brasileira, eis que tal índice somente é devido para aqueles servidores que à época (1994) recebiam sua remuneração no dia 20 do mês – o que acontecia no Legislativo, Judiciário e Ministério Público, mas não no Executivo.

Em caso de dúvida, procure atendimento jurídico nos plantões disponibilizados aos associados.

ALERTA
NOVO GOLPE!

SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO NÃO TEM DIREITO AO PERCENTUAL DE 11,98% (URV).

SINDSEP MARANHÃO

IMPOSTO DE RENDA 2023

SINDSEP MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

ATENDIMENTO*
Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).